



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº 50/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PERNAMBUCO, E A EMPRESA IMEDIATA  
IMPERMEABILIZACOES E SERVICOS EIRELI - ME.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE, Autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Joaquim Amazonas, Cidade Universitária, na cidade de Recife /Estado Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil, de 09 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, nº 197, Seção 2, p.1, de 10 de outubro de 2019, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa IMEDIATA IMPERMEABILIZACOES E SERVICOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.363.235/0001-00, sediada na Avenida Rodolfo Aureliano, nº 2116, Vila Torres Galvão, Paulista/PE, CEP: 53.403-740, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Andrea Marcia Martins Mauricio, Titular Administradora, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.060657/2021-73 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 21/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	DESCRIÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico de Vitória (CAV).	CAV	Metro Cúbico	206	R\$ 30,09	R\$ 6.198,54
4	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico do Agreste (CAA).	CAA	Metro Cúbico	1184	R\$ 19,0033	R\$ 22.500,00

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 17 / 10 / 2023 e encerramento em 17 / 10 / 2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

**2.1.1.** Os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.1.2.** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.1.3.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.1.4.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.1.5.** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

**2.1.6.** Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

**2.1.7.** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor total da contratação é de R\$ 28.698,54 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233/ 153095

Fonte: Tesouro/ Próprio

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco.

Elemento de Despesa: 3390.39

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 19 do Termo de Referência (Anexo I) e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

**6.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no item 20 do Termo de Referência (Anexo I).

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no item 21 do Termo de Referência (Anexo I).

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo deste contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**9.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**9.6.1** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**9.6.2** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**9.6.3** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**9.6.4** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**9.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**9.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**9.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**9.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**9.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**10.2** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.4** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.5** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**10.6** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**10.7** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**10.8** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10.9** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.10** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.11** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**10.12** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**10.13** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.14** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**10.15** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.16** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.17** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.18** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.19** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.20** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**10.21** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**10.22** Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas e encargos decorrentes do objeto do presente Termo de referência;

**10.23** Atender todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, nos termos da Lei n.º 8666/1993.

**10.24** Fornecer telefone, e-mail e endereço para notificações e atendimento dos serviços que surgirem.

**10.25** Atender a demanda, após notificação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da comunicação, conforme item 8.2.2.

**10.26** A Contratada deverá indicar um preposto com competência para tomar decisões em seu nome em assuntos relacionados à execução do contrato, especialmente no cumprimento das determinações do fiscal do contrato.

**10.27** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**10.28** Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a UFPE, não implicando a atividade da fiscalização sem qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da UFPE ou de seus agentes.

**10.29** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.30** Levar imediatamente ao conhecimento da DRH/DGA/SINFRA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;

**10.31** Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;

**10.32** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**10.33** A Contratada deverá observar todas as exigências constantes no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos e neste Termo de Referência e seus anexos

**10.34** Atender aos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens do item 6 deste Termo de Referência.

**10.35** Compete à CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes, contra terceiros e outros, mantendo em dia os respectivos prêmios.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**12.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2.** amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

**13.1.** É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13.2.** É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

**13.2.1.** A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**13.2.2.** A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Recife, 11 de outubro de 2023.

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:419  
72074415

Assinado de forma  
digital por ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2023.10.11  
11:04:39 -03'00'

Representante legal da CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente  
 ANDREA MARCIA MARTINS MAURICIO  
Data: 10/10/2023 11:40:29-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**





UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)**

**PREGÃO Nº 21/2023**

**(Processo Administrativo Nº 23076.060657/2021-73)**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de limpeza de caixa d'água.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no ANEXO I.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O critério de julgamento da proposta será o menor preço por item.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.7. Os itens 3 e 4 serão de participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP).

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares (Anexo II), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
  - 5.1.2. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de limpeza de caixa d'água, e respeitar os critérios previstos no item 23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR deste Termo de Referência.
  - 5.1.3. Para o atendimento adequado das necessidades da UFPE, a empresa contratada deverá observar os procedimentos e lista de materiais descritos nos Anexos I e II do ETP.
  - 5.1.4. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no item 6.
  - 5.1.5. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
  - 5.1.6. O contrato terá a vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura pelas partes. Não havendo necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
  - 5.1.7. As soluções de mercado encontram-se dispostas no item 6 do ETP (Anexo II deste TR).
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR e seus anexos.
- 5.4. Não deve ser permitida a participação de:
- 5.4.1. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993;
  - 5.4.2. Empresa que não tenha sede no País;
  - 5.4.3. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- ~~5.5.~~ Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:
- 6.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - 6.1.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - SILÊNCIO;
  - 6.1.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, bem como treinamento para trabalho em altura (NR 35) e em espaços confinados (NR 33);
  - 6.1.4. Evitar desperdício de água, de forma que só devam ser realizados serviços nos reservatórios que estejam esvaziados;
  - 6.1.5. Destinar para a coleta seletiva as embalagens de cloro utilizado nos serviços de limpeza das caixas d'água, cisternas e reservatórios, bem como manter a limpeza da área onde executou os serviços, disponibilizando container para disposição de resíduos e/ou lodos;
  - 6.1.6. Utilizar dispositivos de segurança (tipo DR e Disjuntor) para os equipamentos elétricos usados na prestação dos serviços;

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, agendando-a previamente com a Divisão de Recursos Hídricos-DRHE/DSA/SINFRA, por meio dos contatos: drhe.dsa@ufpe.br ou 2126-8076.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.1. A execução dos serviços será iniciada após recebimento da Ordem de serviço (ANEXO V).

- 8.1.1. A execução inicial do contrato terá início em até 05 dias contados a partir da sua assinatura;
- 8.1.2. As ordens de serviço emitidas pela Gestão Contratual devem ser atendidas pela contratada em até 48 horas, a contar da sua emissão;
- 8.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 8.2.1. A especificação dos serviços, materiais, equipamentos e EPIs estão definidos nos ANEXOS I e II do ETP.
  - 8.2.2. O desenvolvimento dos serviços deverá obedecer ao padrão construtivo da UFPE, atender às normas técnicas da ABNT, utilizar mão-de-obra especializada e atender aos procedimentos especificados no ETP.
  - 8.2.3. O desenvolvimento dos serviços deverá obedecer às orientações, medidas de controle e recomendações previstas no Laudo SESST (ANEXO VIII).
  - 8.2.4. Os empregados da CONTRATADA não trabalharão de forma individual e possuirão a capacitação obrigatória para trabalhos em espaços confinados e trabalho em altura, prevista nas NR-33 e NR-35, respectivamente, conforme exigido no Laudo do SESST (ANEXO VIII).
  - 8.2.5. A relação de todos os empregados envolvidos na execução dos serviços, bem como, os certificados dos treinamentos exigidos no Laudo SESST deverão ser entregues ao SESST da UFPE, no prazo máximo de 03 (três) dias, antes execução dos serviços, as cópias dos atestados de saúde ocupacional de todos os empregados, indicando a aptidão para a realização de serviços em espaços confinados e em altura, bem como, a Análise Preliminar de Risco – APR para a atividade a ser executada.
  - 8.2.6. O Coordenador da equipe estará presente durante toda a execução dos trabalhos.
  - 8.2.7. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo assim, às normas básicas de Segurança do Trabalho.
  - 8.2.8. A CONTRATADA deverá emitir a Permissão de Entrada e Trabalho – PET, em duas vias, uma para CONTRATANTE e outra para a CONTRATADA, antes do início do serviço e para cada entrada, conforme NR 33 e ANEXO VIII - Laudo Técnico de Segurança.
  - 8.2.9. Caberá à CONTRATADA tomar as providências para a colocação de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e a noite. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a colocação de sinais correntes que julgar necessários, para a segurança de veículos e pedestres.
  - 8.2.10. Também compete à CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes, contra terceiros e outros, mantendo em dia os respectivos prêmios.
  - 8.2.11. A CONTRATANTE não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais de execução dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.
  - 8.2.12. A execução dos serviços ocorrerá nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE e que não prejudique as atividades da universidade, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, obrigatoriamente precedida do recebimento da Ordem de Serviço (OS), sob a orientação e acompanhamento da fiscalização da UFPE, que atestará a prestação dos serviços para fins de pagamento.

- 8.2.13. Mediante acerto prévio entre a empresa contratada e a fiscalização, os serviços poderão ser executados em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço contratado.
- 8.2.14. A medição dos serviços será feita pela fiscalização mediante cronograma de etapas cumpridas vinculadas à entrega de relatório descritivo e fotográfico de cada unidade executada, bem como, os certificados de limpeza e desinfecção de cada um dos reservatórios, indicando a data da execução dos serviços. A aprovação dos serviços decorrerá da necessária observância pela CONTRATADA, de todas as condicionantes da legislação vigente, das especificações técnicas e demais disposições deste Termo de Referência, dentre elas:
- 8.2.14.1. Remoção de todos os resíduos e restos de materiais do local da execução do serviço. Não será permitido o acúmulo de materiais no local de execução, além do estritamente necessário. Ao final de cada dia de trabalho, o local será limpo;
- 8.2.14.2. Idem para os equipamentos e instalações provisórias utilizados na execução dos serviços, dentro do prazo estabelecido para término dos mesmos;
- 8.2.14.3. Após concluídos os serviços, a CONTRATADA entregará à FISCALIZAÇÃO, os certificados de limpeza e desinfecção de cada um dos reservatórios, indicando a data da execução dos serviços;
- 8.2.15. Os serviços serão solicitados pela Fiscalização da UFPE, através da emissão de Ordem de Serviços (OS), obedecendo, preferencialmente, cronograma de atividades apresentado na reunião inicial pelo Gestor do Contrato.
- 8.2.16. No valor do m<sup>3</sup> deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, tais como custo com pessoal, material, equipamentos, relatórios, deslocamento e encargos trabalhistas e fiscais.
- 8.2.17. A prestação do serviço se dará por efetiva demanda.
- 8.2.18. O valor a ser pago à contratada poderá variar de acordo com a efetiva utilização mensal, ficando a contratação limitada ao quantitativo do item estipulado no Anexo I.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 9.1. A gestão do contrato caberá ao servidor André Felipe Pereira de Souza Brito, SIAPE 1908586, e-mail: andre.felipebrito@gmail.com, e em substituição pelo servidor José Iranildo Barbosa Sales da Silva, SIAPE 1830132, e-mail iranildo.sales2@gmail.com lotados na Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da SINFRA (telefone: 81 2126-8076).
- 9.2. Caberá ao Gestor:
- 9.2.1. Atuar junto à Contratada, de modo a garantir o cumprimento do contrato de acordo com o Termo de referência, com as propostas e demais elementos constitutivos do processo licitatório;
- 9.2.2. Solicitar à Contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;
- 9.2.3. Planejar a execução dos serviços vinculados ao contrato de modo que a prestação do serviço seja otimizada;
- 9.2.4. Emitir a Ordem de Serviços para início da execução dos serviços, acompanhada de Nota de Empenho;

- 9.2.5. Emitir as Ordens de Serviço especificando a quantidade do serviço, o tipo do serviço e os locais específicos de execução, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho e ao contrato;
  - 9.2.6. Recomendar à administração a aplicação das sanções previstas em contrato que se tronarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento, pela contratada, das obrigações assumidas;
  - 9.2.7. Encaminhar para a fatura dos serviços para fins de pagamento após recebimento do fiscal técnico e administrativo;
  - 9.2.8. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades do contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 9.2.9. Analisar os relatórios e livro de ocorrências contendo as solicitações e apontamentos dos fiscais;
  - 9.2.10. Exigir da Empresa Prestadora dos serviços a correção das falhas verificadas;
  - 9.2.11. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
  - 9.2.12. Solicitar parecer técnico, contábil ou jurídico a administração quando necessário;
  - 9.2.13. Dar recebimento aos serviços executados, em forma de relatório ou termo circunstanciado, atestar e liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento da fiscalização técnica e administrativa e a verificação dos itens cabíveis a gestão.
- 9.3. O pagamento será efetuado conforme item 19 deste Termo de referência;
- 9.4. O faturamento deverá ser mensal por efetiva utilização em conformidade com o relatório descritivo e fotográfico de cada unidade executada, elaborado pela contratada e recebido pela fiscalização, bem como, os certificados de limpeza e desinfecção de cada um dos reservatórios, indicando a data da execução dos serviços;
- 9.5. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 9.6. A Prestadora dos serviços deverá protocolar, de forma eletrônica, no protocolo geral da UFPE a Fatura ou Nota Fiscal, a qual deverá ser dirigida ao Gestor do contrato.
- 9.7. A execução dos serviços deverá levar em conta os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo IV)
- 9.8. Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA deverá estar em formato digital, em conformidade com a implantação do processo eletrônico pela CONTRATANTE.

## **10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme relação constante no ETP (ANEXO II) e no Laudo SESST (ANEXO VIII), promovendo sua substituição quando necessário.

## **11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

11.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 11.1.1. A contratação dos serviços de Limpeza e Desinfecção Química de caixas de água e reservatórios do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória e Caruaru da UFPE, incluindo fornecimento de mão de obra, material, suprimentos, insumos diversos, material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços tem por objetivo a manutenção das condições necessárias para que as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco, se realizem em um ambiente com perfeito estado de conservação, asseio, higiene, salubridade, sustentabilidade ambiental e segurança, para tanto, a qualidade da água fornecida aos diversos Centros Acadêmicos deve estar dentro dos padrões adequados de potabilidade;
- 11.1.2. A limpeza e desinfecção química de caixas d'água e reservatórios dos edifícios que compõem os Centros Acadêmicos da UFPE é serviço essencial para o fornecimento de água tratada potável e de boa qualidade, atendendo orientações técnicas e exigências da vigilância sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 216/2004 e do Manual de Saneamento – FUNASA.
- 11.1.3. Na contratação devem estar inclusos: mão de obra, materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, em conformidade com o Anexo II do ETP.
- 11.1.4. A execução dos serviços ocorrerá nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE e que não prejudique as atividades da universidade, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, obrigatoriamente precedida do recebimento da Ordem de Serviço (OS), conforme modelo do ANEXO V, sob a orientação e acompanhamento da fiscalização da UFPE, que atestará a prestação dos serviços para fins de pagamento;
- 11.1.5. Mediante acerto prévio entre a Contratada e a Fiscalização, os serviços poderão ser executados em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço contratado.
- 11.1.6. No valor do m<sup>3</sup> deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, tais como custo com pessoal, material, equipamentos, relatórios, deslocamento e encargos trabalhistas e fiscais.
- 11.1.7. A prestação do serviço se dará por efetiva demanda.
- 11.1.8. O valor a ser pago à contratada poderá variar de acordo com a efetiva utilização mensal, ficando a contratação limitada ao quantitativo do item estipulado no Anexo I.
- 11.1.9. A medição dos serviços será feita pela fiscalização mediante cronograma de etapas cumpridas vinculadas à entrega de relatório descritivo e fotográfico de cada unidade executada, bem como, os certificados de limpeza e desinfecção de cada um dos reservatórios, indicando a data da execução dos serviços.
- 11.1.10. Os serviços serão prestados nas caixas d'água, reservatórios e cisternas localizados nos seguintes endereços:
  - 11.1.10.1. Campus Recife:

- a. Campus Joaquim Amazonas: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, 50670-901, Recife, Brasil. Coordenadas geográficas: -8.0523252,-34.9472818;
  - b. Faculdade de Direito do Recife: Praça Adolfo Cirne - Boa Vista, Recife - PE, 50050-060. Coordenadas geográficas: -8.0587133,-34.8846834;
  - c. TV Universitária (NRTVU): Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar - SantoAmaro, Recife - PE, 50040-200. Coordenadas geográficas: -8.0496741,-34.8768764;
  - d. Memorial da Medicina e Cultura da UFPE (COVEST) - Rua Amauri de Medeiros - Derby, Recife - PE, 52010-120. Coordenadas geográficas: -8.0584329,-34.9025881;
  - e. Centro Cultural Benfica: R. Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001.Coordenadas geográficas: -8.0605097,-34.9038577;
  - f. Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE.
- 11.1.10.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão: Rua Alto do Reservatório, s/n –Bela Vista, Vitória de Santo Antão – PE.
- 11.1.10.3. Centro Acadêmico do Agreste (CAA): Avenida Campina Grande, s/n, Km: 59 – Nova Caruaru – Caruaru – PE.
- 11.2. Para o dimensionamento da proposta deverão ser observadas as especificações, rotinas, obrigações e requisitos constantes neste Termo de referência, no ETP e anexos.
- 11.3. A proposta deverá conter as informações indicadas no Modelo da Proposta (Anexo III)

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;



- 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
  - 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
  - 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
  - 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
  - 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de

Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

~~13.22.~~

- 13.23. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas e encargos decorrentes do objeto do presente Termo de referência;
- 13.24. Atender todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, nos termos da Lei n.º 8666/1993.
- 13.25. Fornecer telefone, e-mail e endereço para notificações e atendimento dos serviços que surgirem.
- 13.26. Atender a demanda, após notificação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da comunicação, conforme item 8.2.2.
- 13.27. A Contratada deverá indicar um preposto com competência para tomar decisões em seu nome em assuntos relacionados à execução do contrato, especialmente no cumprimento das determinações do fiscal do contrato.
- 13.28. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 13.29. Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a UFPE, não implicando a atividade da fiscalização sem qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da UFPE ou de seus agentes.
- 13.30. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.31. Levar imediatamente ao conhecimento da DRHE/DSA/SINFRA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- 13.32. Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;
- 13.33. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.34. A Contratada deverá observar todas as exigências constantes no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos e neste Termo de Referência e seus anexos
- 13.35. Atender aos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens do item 6 deste Termo de Referência.
- 13.36. Compete à CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes, contra terceiros e outros, mantendo em dia os respectivos prêmios.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

- 16.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 16.13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistente na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratada, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 16.13.2. O representante da UFPE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
  - 16.13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.16. A fiscalização será feita pelos servidores:
- 16.16.1. Campus Recife – Servidora: Maria das Graças Mendes da Silva, SIAPE: 3191133, e-mail: [gracas.msilva@ufpe.br](mailto:gracas.msilva@ufpe.br); sendo substituída pelo servidor: Antônio Avelino de Maria, SIAPE: 1133490, e-mail: [antonioavelino.pe@gmail.com](mailto:antonioavelino.pe@gmail.com); lotados na Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da SINFRA (telefone: 81 2126-8076); A fiscalização deverá ser apoiada na execução do contrato pelos Gerentes de Infraestrutura dos Centros Acadêmicos, pois são os conhecedores da estrutura das cisternas e caixas d'água dos respectivos prédios.
  - 16.16.2. Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão – Servidora: Alexsandra Alexandre Bezerra, SIAPE: 2265925, e-mail: [alexsandra.ufpe2015@gmail.com](mailto:alexsandra.ufpe2015@gmail.com), sendo substituída pelo servidor: Plínio Fernandes Brasil de Azevedo, SIAPE: 2394939, email: [plinio.brasil@ufpe.br](mailto:plinio.brasil@ufpe.br).
  - 16.16.3. Centro Acadêmico do Agreste – Servidor: Marcus Antonius de Meneses Sá, SIAPE: 2542935, e-mail: [marcus.sa@ufpe.br](mailto:marcus.sa@ufpe.br), sendo substituído pelo servidor: Anderson Wagner Cavalcante Batista, SIAPE: 2266735.
  - 16.16.4. Que anotarão em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao superior hierárquico em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO IV, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios adotados no IMR (ANEXO IV).
- 17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.3.1. não produziu os resultados acordados;
  - 17.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 17.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
    - 18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
    - 18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam

sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 18.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
  - 18.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
  - 18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
    - 18.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 18.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - 18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 18.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **19. DO PAGAMENTO**

- 19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

- 19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.5.1. o prazo de validade;
- 19.5.2. a data da emissão;
- 19.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.5.5. o valor a pagar; e
- 19.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta



relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 19.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad 365} \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 20. REAJUSTE

- 20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 20.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **21. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - ii) **Multa de:**
    - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

- 21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho Regional de Química - CRQ, em plena validade;
  - 22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
    - a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
    - b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
    - c) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
    - d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
    - e) A comprovação de quantidade mínima para qualificação técnica da licitante deverá ser de no mínimo 30% do item de serviço a ser contratado, conforme quantitativo previsto no Anexo I, executados no período de 12 (doze) meses. Podendo haver somatório de atestados, desde que se refiram ao mesmo período de 12 (doze) meses.
    - f) A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
  - 22.3.3. Designação de Responsável Técnico (ANEXO VI), registrado no CREA e/ou CRQ, pertencente ao seu quadro permanente;
    - 22.3.3.1. A designação deverá ser firmada pelo representante legal da empresa. Após declarada a vencedora e antes da formalização da contratação a vencedora deverá confirmar a designação do responsável técnico;
    - 22.3.3.2. Utilização das mesmas regras de substituição caso a designação feita no processo de contratação não se confirme. "de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço objeto do PB, admitida a sua substituição por

profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da Lei nº 8.666/1993".

- 22.3.3.3. O (s) nome (s) do (s) profissional (is) designado (s) responsável (is) técnico (s) deve (m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da empresa perante o CREA e /ou CRQ. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA e /ou CRQ, se for o caso;
- 22.3.3.4. Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:
- i) Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da contratação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
  - ii) Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
  - iii) Empregado;
  - iv) Sócio;
  - v) Diretor.
- 22.3.3.5. A comprovação de vinculação do (s) profissional (is), far-se-á por meio dos seguintes documentos:
- i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
  - ii) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
  - iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
  - iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
  - v) Diretor: cópia da Ata Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.
- 22.3.4. Declaração formal assinada pelo representante legal, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras (Anexo VII);
- 22.3.5. Declaração de que não emprega menor e Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo.
- 22.3.6. Faculta-se ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, no horário de segunda a sexta de 8h às 12h ou de 13h às 17h, até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública, agendando-a previamente com a Divisão de Recursos Hídricos DRHE/DSA/SINFRA, por meio dos contatos: drhe.dsa@ufpe.br ou 2126-8076.
- 22.3.6.1. Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no *Acórdão nº 110/2012-Plenário*[1], recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a



atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.

- 22.3.6.2. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (Anexo VII).

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 22.4.1. Valores unitários: conforme valores máximos estimados no Anexo I.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 23.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 876.184,96 (oitocentos e setenta e seis mil e cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos)** para 12 meses de prestação do serviço, considerando os quantitativos previstos no ETP, conforme discriminado no ANEXO I.

## **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do próximo exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 15233/153095;

Fonte de Recursos: Tesouro/ Próprio;

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco;

Natureza de Despesa: 3390.39;

Recife, 05 de julho de 2023.

Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes  
SIAPE 1960330  
Diretoria de Sustentabilidade Ambiental – DSA/SINFRA

Daniela Lira Tavares  
SIAPE 2085433  
Coordenação Administrativa e Financeira - CAF/DA/SINFRA

Thayse Dayse Delmiro  
SIAPE 3207178  
Coordenação Administrativa e Financeira - CAF/DA/SINFRA

**DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.060657/2021-73.**

Em atendimento ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União, mediante Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, item 9.2.1, **DELIBERO** pela não aceitação de: **(i)** entidades empresariais reunidas em consórcio visando à participação no certame convocatório sob a justificativa de que o objeto convocado não apresenta grande vulto, nem alta complexidade técnica, não se maculando, portanto, a competitividade do certame; e **(ii)** sociedades cooperativas, considerando que os serviços a serem contratados implicam em tarefas que não são passíveis de execução com autonomia por cooperados, exigindo relação de subordinação e habitualidade.

Nos termos do artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, **INDICO** os servidores elencados no item 9 e 16 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no § 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

**DECLARO**, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005, **APROVO**, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e do Termo Contratual, os anexos a seguir elencados:

ANEXO I	ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E VALORES
ANEXO II	ETP DIGITAL Nº 9/2022
ANEXO III	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO IV	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR
ANEXO V	MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
ANEXO VI	MODELO DE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO/ATESTADO DE VISTORIA
ANEXO VIII	LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA – SESST Nº 07/2022 (doc.46)

Recife, 05 de julho de 2023.

Paulo Alison Sousa Pessoa  
Superintendente de Infraestrutura

**Autorizo a abertura da Licitação:**  
PROF. ALFREDO MACEDO GOMES  
SIAPE 1171268  
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

ANEXO I DO TR – ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E VALORES

Item	Código SIPAC	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade Anual	Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total Máximo Aceitável (R\$)
1	3978000000004	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios (cisternas) das instalações físicas do <b>Campus Recife</b> (incluindo os prédios externos: NTVRU, CCJ, SUDENE, DEC e Memorial de Medicina), exceto o Hospital das Clínicas.	M³	17.456	R\$ 41,12	R\$ 717.790,72
2	3978000000005	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de Reservatórios (tanque) das instalações físicas do <b>Campus Recife</b> (incluindo os prédios externos: NTVRU, CCJ, DEC e Memorial de Medicina), exceto o Hospital das Clínicas.	M³	2.462	R\$ 41,12	R\$ 101.237,44
3	3978000000006	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do <b>Centro Acadêmico de Vitória (CAV)</b> .	M³	206	R\$ 41,12	R\$ 8.470,72
4	3978000000007	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do <b>Centro Acadêmico do Agreste (CAA)</b> .	M³	1.184	R\$ 41,12	R\$ 48.686,08



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

**ANEXO II DO TR – ETP DIGITAL N° 09/2022**  
(Documento do Processo N°: 23076.060657/2021-73)

### ANEXO III DO TR - MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

(em papel timbrado da licitante)

**1) OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de referência e seus anexos

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): **R\$ .....** (.....).

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

**7) DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, CPF e assinatura)



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

## ANEXO IV DO TR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

### 1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Termo de Referência e do Contrato firmado.

### 2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de dois indicadores de qualidade:

- a) Prazo para atendimento das demandas; e,
- b) Execução do serviço sem equipamento de proteção individual e coletiva

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a efetividade do atendimento das demandas no prazo estabelecido nas Ordens de Serviço.
Meta a cumprir	Iniciar o recolhimento em até 24 horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
Instrumento de medição	Constatação do início do recolhimento dos dejetos.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal operacional do contrato através de livro de

	registros.
Periodicidade	Por ordem de serviço, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências (dias de atraso) registradas no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 50 Pontos Atraso de 1 dia = 40 Pontos Atraso de 2 dias = 30 Pontos Atraso de 3 dias = 20 Pontos Atraso de 4 dias = 10 Pontos Atraso de 5 dias ou mais = 0 Pontos
Sanções	Ver item 3.2
Observações	
<b>INDICADOR 2 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO SEM EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA</b>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprir a legislação e garantir a segurança dos profissionais prestadores dos serviços
Meta a cumprir	Verificação presencial pela fiscalização
Instrumento de medição	Pessoal, através do fiscal
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal após a emissão da ordem de serviço.
Periodicidade	Diária, após emissão da Ordem de Serviço
Mecanismo de Cálculo	Por ocorrência
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 50 Pontos Com ocorrência = 0 Pontos
Sanções	Ver item 3.2
Observações	O que se busca com esse indicador é obter da Contratada o efetivo atendimento a legislação de segurança dos trabalhadores.

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

*Pontuação total do serviço =*

*Pontos “Indicador 1”+Pontos “Indicador 2”*

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

*Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]*

3.3. As avaliações abaixo de 50 pontos por três vezes ensejarão a rescisão do contrato.

#### 4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
<b>1 – PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS</b>	Sem atraso	50	
	Atraso de 1 dia	40	
	Atraso de 2 dias	30	
	Atraso de 3 dias	20	
	Atraso de 4 dias	10	
	Atraso de 5 dias ou mais	0	
<b>2 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO SEM EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA</b>	Sem ocorrência	50	
	Com ocorrência	0	



<b>PONTUAÇÃO TOTAL DO SERVIÇO</b>	
-----------------------------------	--



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**ANEXO V DO TR - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO**

Nº da OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:     /     /	Serviço:
Contrato Nº:         /20	Processo Nº:

**2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: -fixo:                      -móvel (whatsApp):	E-mail:

**3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

**4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS**

Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

\*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

**5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**


**6. DEMAIS DETALHAMENTOS**


**7. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO**

--

**8. RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	

<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

<b>9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>	
<p>Recife, ..... de ..... de 20...</p>  <p>_____</p> <p>Responsável pela solicitação do serviço</p>	<p>Recife, ..... de ..... de 20...</p>  <p>_____</p> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>

**ANEXO VI DO TR - MODELO DE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

*(em papel timbrado da licitante)*

A licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DESIGNA como responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço de limpeza e desinfecção química de caixas d'água, cisternas e reservatórios (tanques), objeto do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s):

Nome do Responsável Técnico	Título profissional	Nº do Registro no CREA/CRQ	Data de Registro

(Local), ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, CPF e assinatura)

**DE ACORDO:**

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
(Nome, CPF e assinatura)

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
(Nome, CPF e assinatura)

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
(Nome, CPF e assinatura)

**ANEXO VII-a DO TR - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

*(em papel timbrado da licitante)*

Atestamos, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ da UFPE, que a Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de ..... de 20.. .

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, CPF e assinatura)

**ANEXO VII-b DO TR – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Recife, ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
(Assinatura e carimbo do servidor)

**DE ACORDO:**

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA LICITANTE  
(Nome, CPF e assinatura)

**Observações:**

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a Divisão de Recursos Hídricos-DRHE/DSA/SINFRA da Superintendência de Infraestrutura - SINFRA, que deverá ser feito das 8h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, através do telefone: 2126-8076 ou do e-mail: drhe.dsa@ufpe.br. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

**ANEXO VIII DO TR - LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO**

(Documento 46 do Processo Nº: 23076.060657/2021-73)



Emitido em 05/07/2023

**TERMO DE REFERENCIA Nº 11/2023 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 06/07/2023 05:18 )*

**ALFREDO MACEDO GOMES**

*REITOR - TITULAR*

*GR (11.01)*

*Matrícula: ###712#8*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:48 )*

**BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES**

*DIRETOR - TITULAR*

*DSA SINFRA (11.97.11)*

*Matrícula: ###603#0*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:37 )*

**DANIELA LIRA TAVARES**

*COORDENADOR - TITULAR*

*CAF SINFRA (11.97.06)*

*Matrícula: ###854#3*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 17:00 )*

**PAULO ALISON SOUSA PESSOA**

*SUPERINTENDENTE - TITULAR*

*SINFRA (11.01.37)*

*Matrícula: ###245#5*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:35 )*

**THAYSE DAYSE DELMIRO**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*CAF SINFRA (11.97.06)*

*Matrícula: ###071#8*

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **11**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **05/07/2023** e o código de verificação: **33a82c5063**



# Estudo Técnico Preliminar 9/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.060657/2021-73

## 2. 2. Objetivos

**2.1 Objetivo geral:** Desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o referido ETP, qual seja: contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) DO CAMPUS RECIFE E CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO E CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE EM CARUARU.**

2.1.1 Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) foram especificados com todas as características necessárias ao atendimento das necessidades da UFPE. A contratação deverá atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste ETP.

2.1.2 O código CATSER 13595 referente ao objeto a ser licitado também deverá ser indicado no Termo de Referência.

2.1.3 O objeto tem a natureza de serviço comum de limpeza de caixa d'água nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

2.1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário. A contratação será do tipo menor preço por item.

## 3. Descrição da necessidade

3.1 A qualidade da água fornecida às diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFPE deve estar dentro dos padrões adequados de potabilidade possibilitando o bom desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, missão da UFPE. A limpeza e desinfecção química de caixas d'água e cisternas dos edifícios que compõem os seus Campi, é serviço essencial para o fornecimento de água tratada potável e de boa qualidade, atendendo orientações técnicas e exigências da vigilância sanitária (ANVISA).

3.2 Também os reservatórios (tanques), precisam de limpeza em periodicidade semestral garantindo a higiene e prevenindo a proliferação de vetores de zoonoses nos entornos das unidades administrativas e acadêmicas da UFPE.

3.3 Porém, a contratação decorrente do PE 81/2019, firmada junto à empresa IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, regida pelo contrato nº 18/2020 foi interrompida, pois a empresa não demonstrou interesse na continuação da prestação dos serviços para com a Universidade Federal de Pernambuco, não sendo, assim, possível a renovação contratual.

3.4 Considerando que os reservatórios de água devem ser higienizados em um intervalo máximo de seis meses, como estabelecem as Resoluções RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 e a 91 de 30 de junho de 2016, além do fato de contarmos com muitos prédios que não favorecem a limpeza de todos os reservatórios de uma vez, o que deve ter uma programação ao longo do contrato. Caso esse procedimento de limpeza periódica não seja feito o uso da água pela Instituição poderá ficar comprometido e causar doenças para os usuários das atividades acadêmicas e administrativas.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gestão Ambiental	Manoel Heleno de Castro (1748801)

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de limpeza de caixa d'água, e respeitar os critérios previstos no item 5.1 deste Estudo Técnico Preliminar;

5.1.2. Os serviços objeto deste ETP devem ser prestados de forma continuada, em virtude da necessidade de constante limpeza e manutenção dos reservatórios de água potável da Universidade visando manter condições de salubridade para o consumo humano;

5.1.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I – Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

III – Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - SILÊNCIO;

IV – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, bem como treinamento para trabalho em altura (NR 35) e em espaços confinados (NR 33);

V – Evitar desperdício de água, de forma que só devam ser realizados serviços nos reservatórios que estejam esvaziados;

VI – Destinar para a coleta seletiva as embalagens de cloro utilizado nos serviços de limpeza das caixas d'água, cisternas e reservatórios, bem como manter a limpeza da área onde executou os serviços, disponibilizando container para disposição de resíduos e/ou lodos;

VII – Utilizar dispositivos de segurança (tipo DR e Disjuntor) para os equipamentos elétricos usados na prestação dos serviços;

5.2. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

5.3. Recomenda-se a contratação inicial por 12 (doze) meses prorrogável por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses. Não havendo necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.4. Declaração do interessado de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, bem como critérios de qualificação econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado neste ETP.

5.6. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.6.1. Certidão de Registro da empresa perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho Regional de Química - CRQ, válida;

5.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

c) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

e) A comprovação de quantidade mínima para qualificação técnica da licitante deverá ser de no mínimo 30% do item de serviço a ser contratado, conforme quantitativo previsto no item 8 deste ETP, executados no período de 12 (doze) meses. Podendo haver somatório de atestados, desde que se refiram ao mesmo período de 12 (doze) meses.

f) A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia

do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.6.3. Designação de Responsável Técnico, registrado no CREA e/ou CRQ, pertencente ao seu quadro permanente;

5.6.3.1. A designação deverá ser firmada pelo representante legal da empresa. Após declarada a vencedora e antes da formalização da contratação a vencedora deverá confirmar a designação do responsável técnico;

5.6.3.2. Utilização das mesmas regras de substituição caso a designação feita no processo de contratação não se confirme. "de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço objeto do PB, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da Lei nº 8.666/1993".

5.6.3.3. O (s) nome (s) do (s) profissional (is) designado (s) responsável (is) técnico (s) deve (m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da empresa perante o CREA e /ou CRQ. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA e /ou CRQ, se for o caso;

5.6.3.4. Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:

- i) Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da contratação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- ii) Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- iii) Empregado;
- iv) Sócio;
- v) Diretor.

5.6.3.5. A comprovação de vinculação do (s) profissional (is), far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- i) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- v) Diretor: cópia da Ata Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

5.6.4. Declaração formal assinada pelo representante legal, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos,

assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras;

5.6.5. Declaração de que não emprega menor e Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo.

5.6.6. Faculta-se ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, no horário de segunda a sexta de 8h às 12h ou de 13h às 17h, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, agendando-a previamente com a Divisão de Recursos Hídricos DRH/DGA/SINFRA, por meio dos contatos: drh.dga@ufpe.br ou 2126-8076.

5.6.6.1. Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no *Acórdão nº 110/2012-Plenário[1]*, recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.

5.7 Não deve ser permitida a participação de:

- i. 1. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no *inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993*;
- ii. 2. Empresa que não tenha sede no País;
- iii. 3. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela *alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União*;
- iv. 4. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no *artigo 9º da Lei nº 8.666/1993*.

5.8 Na contratação deve estar incluso, além da mão de obra, os materiais de consumo e equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme anexos do ETP.

5.9 Os serviços serão realizados nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE e que não prejudique as atividades da universidade, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, nas seguintes localizações:

- i) Campus Joaquim Amazonas: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, 50670-901, Recife, Brasil. Coordenadas geográficas: -8.0523252,-34.9472818;
- ii) Faculdade de Direito do Recife: Praça Adolfo Cirne - Boa Vista, Recife - PE, 50050-060. Coordenadas geográficas: -8.0587133,-34.8846834;
- iii) TV Universitária (NRTVU): Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar - Santo Amaro, Recife - PE, 50040-200. Coordenadas geográficas: -8.0496741,-34.8768764;
- iv) Memorial da Medicina e Cultura da UFPE (COVEST) - Rua Amauri de Medeiros - Derby, Recife - PE, 52010-120. Coordenadas geográficas: -8.0584329,-34.9025881;
- v) Centro Cultural Benfica: R. Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001. Coordenadas geográficas: -8.0605097,-34.9038577;

vi) Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE.

vii) Centro Acadêmico de Vitória (CAV): R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão – PE, 55608-680. Coordenadas geográficas: -8.116766,-35.298670;

viii) Centro Acadêmico do Agreste (CAA): Avenida Campina Grande, Bairro Nova Caruaru, Caruaru – PE, 55014-900. Coordenadas geográficas: -8.225719,-35.981649.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Em reunião da Equipe de Planejamento, quando se tratou do tema levantamento de mercado, observou-se que no mercado ofertante dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água no estado (PE), predominam dois principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

### 6.1.1 Solução 1: *Aquisição dos serviços com fornecimento de materiais incluso*

**Descrição:** Este tipo de aquisição engloba à mão de obra contratada os materiais necessários à execução dos serviços. A metodologia de apuração dos valores da remuneração da contratada é por **metro cúbico** executado no período. Modelo já consolidado no Estado, utilizado nas contratações anteriores da UFPE e em outros órgãos. Tem fácil adequação à utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

### 6.1.2 Solução 2: *Aquisição dos serviços sem a inclusão de materiais*

**Descrição:** Nesta modalidade para aquisição dos materiais necessários para a prestação dos serviços, seria necessário realizar uma segunda licitação e considerando, conforme RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que o custo médio para realização de um Pregão Eletrônico em 2007 já era de R\$ 20.698,00 e de um Pregão (SRP) R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para este tipo de objeto), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição de materiais seria economicamente dispendioso, não obstante, poderia gerar riscos como atrasos na entrega, falta de produtos, ou ainda de algum item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, o que é bastante comum.

## 6.2 Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes

Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1.

A solução escolhida atende as determinações legais e confere à contratada o ônus deste controle, mostrando-se a opção mais econômica à instituição.

Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por metro cúbico, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Estudo Técnico Preliminar contempla a prestação do serviço de Limpeza e Desinfecção Química de Caixas D'água, Cisterna Reservatórios (tanques) do Campus Recife, Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão da UFPE e Centro Acadêmico do Agreste, para manter a salubridade e qualidade da água consumida nas atividades da Universidade.

7.2. As orientações quanto aos procedimentos a serem adotados na prestação dos serviços constam no ANEXO I deste ETP.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A medição das áreas a serem limpas está descrita de forma detalhada. Segue abaixo quadro com as quantidades totais anuais, considerando as localidades a serem atendidas, essas quantidades foram retiradas da mensuração realizada pela Divisão de Recursos Hídricos de todo o sistema de abastecimento do Campus Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE. Considerando que os reservatórios de água devem ser higienizados em um intervalo máximo de seis meses, como estabelecem as Resoluções RDC nº 216 (de 15 de setembro de 2004) e a 91 (de 30 de junho de 2016), além do fato de contarmos com muitos prédios que não favorecem a limpeza de todos os reservatórios de uma vez, os reservatórios serão lavados duas vezes por ano, mediante programação a ser realizada com a contratada.

8.2 Sendo assim, o quantitativo anual definido para os itens 1, 2, 3 e 4 representa o somatório dos volumes dos reservatórios de cada campus a ser realizada a limpeza e desinfecção, multiplicado pela quantidade de vezes que será realizado o serviço no ano, Portanto:

- a. Item 1:  $8.728 \text{ m}^3$  (oito mil, setecentos e vinte e oito metros cúbicos) multiplicado por 2 limpezas e desinfecções exigidas na legislação: totalizando  $17.456 \text{ m}^3$  (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros cúbicos).
- b. Item 2:  $1.231 \text{ m}^3$  (um mil, duzentos e trinta e um metros cúbicos) multiplicado por 2 limpezas e desinfecções exigidas na legislação: totalizando  $2.462 \text{ m}^3$  (dois mil, quatrocentos e sessenta e dois metros cúbicos).
- c. Item 3:  $103 \text{ m}^3$  (cento e três metros cúbicos) multiplicado por 2 limpezas e desinfecções exigidas na legislação: totalizando  $206 \text{ m}^3$  (duzentos e seis metros cúbicos).

d. Item 4: 592 m<sup>3</sup> (quinhentos e noventa e dois metros cúbicos) multiplicado por 2 limpezas e desinfecções exigidas na legislação: totalizando 1.184 m<sup>3</sup> (mil e cento e oitenta e quatro metros cúbicos).

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade Anual
1	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios (cisternas) das instalações físicas do Campus Recife (incluindo os prédios externos: NTVRU, CCJ, SUDENE, DEC e Memorial de Medicina), exceto o Hospital das Clínicas	M <sup>3</sup>	17.456
2	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de Reservatórios (tanque) das instalações físicas do Campus Recife (incluindo os prédios externos: NTVRU, CCJ, DEC e Memorial de Medicina), exceto o Hospital das Clínicas	M <sup>3</sup>	2.462
3	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico de Vitória (CAV)	M <sup>3</sup>	206
4	13595	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico do Agreste (CAA)	M <sup>3</sup>	1.184



## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 876.184,96

### 9. Estimativa do valor da contratação

9.1. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 876.184,96 (oitocentos e setenta e seis mil e cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos)**, conforme discriminado no Anexo III deste ETP.

9.2. A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, sendo composta por dois documentos: a **Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado** (Anexo III deste ETP) e o **Relatório da Pesquisa de Preços** (inserido nos autos do processo);

9.3. Em atendimento ao disposto no Art.5º da IN nº 73/2020, para a obtenção dos preços máximos estabelecidos utilizou-se o parâmetro previsto no inciso IV.

9.3.1. Foi solicitado orçamento a diversas empresas, que prestam serviço de limpeza de caixa d'água, por e-mail. Os e-mails enviados e as propostas recebidas constam no Relatório da Pesquisa de Preços (inserido nos autos do processo).

9.3.2. Três fornecedores enviaram propostas de preços, porém duas destas foram desconsideradas por apresentarem valor muito acima do valor praticado no contrato N 78/2022, atualmente em vigor na UFPE, para o mesmo objeto (resultante de uma contratação emergencial).

9.3.2. Devido à especificidade do objeto, não foram encontrados preços segundo os parâmetros de pesquisa de preços estabelecidos nos incisos I e II do Art.5º da IN nº 73 /2020.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Delibera-se pelo parcelamento do objeto dado que a regra deve ser que cada item seja adjudicado de forma individualizada, permitindo que empresas distintas sejam contratadas. Além disso, o parcelamento do objeto permitirá que os diferentes campus possam ser atendidos de forma mais ágil devido a possibilidade de mais empresas fornecendo os serviços.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 A Universidade dispõe de outros contratos que direta ou indiretamente estão relacionados com o serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água, a exemplo do contrato de operação e manutenção da Estação de Tratamento de Água sob nº 57/2018 firmado com a empresa RA de Oliveira Barros EIRELI (processo nº 23076.034413/2017-66), e o contrato de manutenção e desenvolvimento dos poços tubulares sob nº 14/2021 firmado com a empresa JC Serviços

Integrados de Geologia, Mineração e Meio Ambiente LTDA. Ambos processos considerados interdependentes do objeto a ser licitado.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 O Planejamento Estratégico busca reparar negligências institucionais históricas no que diz respeito da contratação do serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água que se encontram atrelados ao desenvolvimento, a contento, das atividades finalísticas da UFPE, como no presente caso.

12.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFPE para 2019-2023 ratifica o citado objetivo do PEI 2013-2027 quanto à promoção de uma política de sustentabilidade e acrescenta a questão da responsabilidade social, propondo “identificar e divulgar as ações de acessibilidade e inclusão educacional para pessoas com deficiência”[2].

12.3 Além disso, o PDI em seu Objetivo Estratégico 17 trata de “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física [...], garantindo a acessibilidade com eficácia”[2].

12.4 O objeto do presente estudo técnico preliminar está previsto no PGC-PCA 2023.

1. UFPE. Plano Estratégico Institucional UFPE – 2013-2027, dez. 2013, p. 30. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13\\_27\\_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d](https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d)>. Acesso em: 9 nov. 2020.
2. UFPE. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023. Documento aprovado pelo Conselho Universitário em 20 de setembro de 2019, p. 127; 138-139. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/documents/38954/1956380/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional+UFPE+2019\\_2023+atualizado+em+10\\_10\\_19.pdf/37357c88-c4df-4b34-84e7-f52eb6808ad9](https://www.ufpe.br/documents/38954/1956380/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional+UFPE+2019_2023+atualizado+em+10_10_19.pdf/37357c88-c4df-4b34-84e7-f52eb6808ad9)>. Acesso em: 9 nov. 2020.

## 13. Análise das Contratações Anteriores

13.1 Foi realizado um levantamento das contratações anteriormente realizadas pela Divisão de Recursos Hídricos da UFPE, descritos em detalhes nas especificações abaixo:

13.1 **Contrato 15/2016** – firmado em 10/03/2016, decorrente do Pregão Eletrônico nº 168/2015, referente ao processo administrativo nº 23076.049251/2014-18. Como o referido contrato decorreu de uma Ata de Registro de Preços, o período da contratação se limitou a 12 meses, sem possibilidade de prorrogação. Verificou-se que, por se tratar de serviço essencial ao bom funcionamento das atividades da Universidade Federal de Pernambuco, que não pode sofrer descontinuidade, conclui-se ser inadequada a contratação por Registro de Preços, que nos obrigaria a promover anualmente novos certames licitatórios. Além disso, não se faziam mais presentes os pressupostos legais que justificam a adoção do Registro de Preços.

13.2 **Contrato 83/2017** – firmado em 09/10/2017, decorrente do Pregão Eletrônico nº 158/2017, referente ao processo administrativo nº 23076.047382/2016-22, concebido inicialmente com a possibilidade de renovação por até 60 (sessenta) meses, considerando toda a metragem de caixas de água, reservatórios e tanques existentes nos campi da UFPE. Ocorre que em 24 de julho de 2018, com o início do processo nº 23076.026639/2018-74, para a renovação do referido contrato, a empresa SOCASA Saúde Ambiental LTDA-EPP após demonstrar, via correspondência,

interesse na renovação contratual, declinou em 21 de agosto de 2018, alegando defasagem dos valores e consequente desequilíbrio financeiro.

**13.3 Contrato 18/2020** – firmado com a empresa IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, decorrente do Pregão eletrônico nº 81/2019. Essa contratação não se mostrou viável a Universidade Federal de Pernambuco, visto que depois de vários equívocos no atendimento as solicitações com relação ao prazo de entrega e qualidade no atendimento, a mesma não mostrou interesse em renovar com a UFPE, sendo necessário, nesse caso a elaboração desse processo e de um certame emergencial para atendimento das necessidades urgentes dos Campi.

## **14. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

14.1 Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para os três segmentos envolvidos: servidores, docentes, discentes e sociedade, pois mediante:

14.1.1 Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratual;

14.1.2 Atendimento aos preceitos legais vigentes;

14.1.3 A contratação contínua e abrangente, como a que se pretende, implicará, também, em economicidade, ao evitar contratações emergenciais que, por insuficiência orçamentária, efetuam-se por prazos irrisórios além de não abarcarem todo o elenco de equipamentos, embora muitos dos quais interdependentes entre si. Logo, padece a eficácia;

## **15. Providências a serem Adotadas**

15.1 Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste ETP, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

*i. infraestrutura elétrica:* Não há necessidade de adequações, será utilizada a infraestrutura existente.

*ii. infraestrutura de ar condicionado:* Não se aplica.

*iii. relação ao espaço físico:* Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações.

*iv. estrutura organizacional:* Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.

*v. acesso a sistemas de informação:* Não se aplica.

*vi. Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional:* Não se aplica.

vii. *Impacto ambiental da implantação da solução:* A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste ETP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

viii. *Impacto na equipe da área especialista:* Dois servidores do quadro permanente serão designados, respectivamente, como Fiscal Técnico e Fiscal Substituto do contrato de limpeza e desinfecção a ser celebrado. Estes servidores deverão conciliar suas atividades rotineiras com as atividades inerentes às funções de fiscal do referido contrato.

ix. *Impacto na equipe da área beneficiária:* Não há necessidade de adequações.

x. *Impacto na rotina dos usuários da solução:* Considerando a programação acadêmica da UFPE, o serviço deverá ser prestado, obrigatoriamente, de acordo com um cronograma preestabelecido.

15.2 Levando em conta que não há necessidade de adequação, por parte da UFPE, do ambiente do órgão, não há risco de fracasso da licitação por falta de adequação nas instalações da contratante, que já se encontra adequada a receber a prestação dos serviços em estudo.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Os impactos ambientais da não realização dos serviços objetos deste ETP são respectivamente: a possibilidade não limpeza das caixas d'água e reservatórios dos campi da UFPE, impedindo, assim, o eficiente tratamento da água;

16.2 Esses fatores podem gerar impactos tais como: Danos ao lençol freático, possibilidades de danos a tubulação pela incoerência de concentrações de hipoclorito de sódio.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 Declaramos a viabilidade da contratação, em virtude do levantamento de mercado supracitado, no qual se observou que a solução escolhida se mostra técnica e economicamente mais favorável à Administração, bem como pela necessidade de contratação do serviço, que atenderá às demandas da comunidade acadêmica conferindo maior potabilidade da água dos Campi da UFPE, pelos motivos elencados neste ETP.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES**

Diretor de Sustentabilidade Ambiental

**ANDRÉ FELIPE SOUZA PEREIRA DE BRITO**

Chefe da Divisão de Recursos Hídricos

**JOSÉ IRANILDO BARBOSA SALES DA SILVA**

Técnico de Laboratório

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I do ETP - PROCEDIMENTOS mar.23 (doc.92).pdf (113.62 KB)
- Anexo II - Anexo II do ETP - MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E EPI'S A SEREM UTILIZADOS.pdf (455.02 KB)
- Anexo III - Anexo III do ETP - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado mar.23.pdf (193.99 KB)

**Anexo I - Anexo I do ETP - PROCEDIMENTOS mar.23  
(doc.92).pdf**

## **ANEXO I do ETP - PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS NA LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.**

1. Antes da data prevista para início da limpeza, programar o progressivo esvaziamento do reservatório inferior vedando o seu abastecimento, evitando assim o desperdício de água. Fazer o isolamento da área com cones e fita zebraada.
2. Antes de iniciar a limpeza, deve ser verificado se os equipamentos hidráulicos e elétricos estão em perfeito funcionamento, caso contrário deve-se comunicar ao gestor predial e/ou ao encanador responsável pelo prédio.
3. Os funcionários que irão executar o serviço devem estar em perfeitas condições de higiene e munidos de fardamento, bem como de bota de borracha na cor branca.
4. Ao lavar caixas abastecidas com água da COMPESA as botas devem ser lavadas e esterilizadas com hipoclorito de sódio na proporção de 10%.
5. Nunca entrar em uma cisterna ou caixa d'água sem os equipamentos de segurança **recomendados pelo Serviço de Engenharia e Segurança do Trabalho da UFPE.**
6. Os materiais necessários para a limpeza dos equipamentos e dos EPI's são: Hipoclorito e detergente.
7. Os panos ou esponjas de limpeza usados para secagem das cisternas e das caixas com abastecimento de água da poços, **NÃO** devem ser os mesmos utilizados em cisternas e caixas abastecidos pela COMPESA.
8. Nunca lavar caixa de água superior sem que a inferior tenha sido abastecida, nem executar manobra na instalação hidráulica que prejudique o abastecimento.
9. Não deixar que água suja escoe na tubulação hidráulica, a mesma deve ser vedada no início dos serviços, ao término a vedação colocada deve ser retirada com cuidado para não danificar a tubulação.
10. Ao término dos serviços os equipamentos hidráulicos e elétricos deverão estar em perfeito funcionamento.
11. Para os serviços de limpeza em reservatórios de concreto, amianto, fibra e PVC, deve-se adotar os seguintes procedimentos:

### **a. LIMPEZA**



- i. Fechar o registro, impedindo a entrada de água no reservatório ou caixa;
- ii. Utilizar a água da caixa ou reservatório até o limite do nível de saída, como forma de evitar o desperdício de água tratada;
- iii. Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
- iv. Utilizar a água restante no fundo da caixa, depositada abaixo do nível da(s) saída(s) de distribuição, para a primeira limpeza;
- v. O reservatório é lavado com água do próprio reservatório ou da caixa superior. Suas paredes, pisos e partes externas devem ser limpos através de sistema de hidrojateamento de alta pressão ou se necessário escovados com escova de fios plásticos, depois é feita a retirada da água suja por sistema de bombeamento. Este procedimento deve ser adotado para as caixas superiores e inferiores.
- vi. Devem ser tomados todos os cuidados para não prejudicar a impermeabilização através da regulagem da pressão do lava-jato de alta pressão.
- vii. Esfregar as paredes e o fundo da caixa com escova macia ou esponja; nunca utilizar sabão, detergente ou outros produtos não autorizados;
- viii. Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) e fundo da caixa ou reservatório;
- ix. Retirar a água suja resultante da primeira limpeza, usando panos, ou esponjas, e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;
- x. Enxaguar a caixa ou reservatório com esguicho de água limpa;
- xi. Retirar a água suja resultante do enxágüe, usando panos ou esponjas, e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa; não permitir a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;
- xii. Verificar o nível de limpeza da caixa ou reservatório, se necessário, repetir uma nova etapa da limpeza;
- xiii. Promover a limpeza da tampa da caixa ou reservatório, se houver;
- xiv. Aguardar por duas horas até iniciar o processo de desinfecção;
- xv. Inspeccionar se existe possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, havendo, comunicar ao fiscal do contrato, através do relatório de execução;
- xvi. Havendo mais de um reservatório, o serviço de limpeza deve ser executado separadamente, iniciando pelos reservatórios inferiores e, posteriormente, ser estendido aos reservatórios superiores, evitando a interrupção do abastecimento;

xvii. Nos reservatórios superiores fechar o(s) registro(s) da(s) coluna(s) de distribuição de água, não permitindo a passagem de água entre diferentes reservatórios;

xviii. No caso de reservatórios conjugados, com compartimentos internos independentes, efetuar a limpeza isoladamente a partir do reservatório de entrada da água e, na sequência, até o de saída;

## **b. DESINFECÇÃO**

i. Proceder a desinfecção química com solução de hipoclorito de sódio (NaClO) a 2,5 %, mantendo as paredes molhadas com o desinfetante durante duas horas, para eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água;

ii. - Após a limpeza, é necessário dosar hipoclorito de sódio 1/3 do reservatório inferior, encaminhar para o reservatório superior com dosagem 1/1000 litros para realizar a desinfecção das tubulações;

iii. Enxaguar as paredes da caixa ou reservatório com esguicho de água limpa, após duas horas de aplicação do desinfetante;

iv. Eliminar o excesso de solução no fundo do reservatório retirando-o com o auxílio de pá de plástico, balde e panos, ou sistema de sucção.

v. Não permitir a saída de resíduos pela saída de distribuição de água limpa;

vi. Verificar o nível de limpeza da caixa ou reservatório, se necessário repetir o enxágüe;

vii. Proceder limpeza e desinfecção da tampa do reservatório ou caixa d'água;

viii. Terminado o procedimento de limpeza e desinfecção, tampar a caixa ou reservatório;

ix. Inspecionar a existência de possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, em havendo, comunicar ao fiscal do contrato, registrando inclusive no relatório de execução;

**Anexo II - Anexo II do ETP - MATERIAIS DE CONSUMO,  
EQUIPAMENTOS E EPI'S A SEREM UTILIZADOS.pdf**

## ANEXO II do ETP - MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E EPI'S A SEREM UTILIZADOS

Todos os materiais e equipamentos utilizados nos serviços deverão atender Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010-SLTI/MPOG.

### MATERIAIS DE CONSUMO

Nº	Item	Descrição
01	Detergente Neutro	Detergente líquido neutro para lavagem de superfícies em geral, que não agrida as mãos, Ph 7,0 a 8,0. Diluição mínima 1:100. Líquido límpido viscoso com suave perfume. Produto precisa estar notificado na ANVISA e Min. da Saúde. No recebimento, todos os produtos precisam estar com suas devidas fichas de segurança – FISPQ. Embalagem: bombonas de 5 litros. Caberá a empresa que fornecer o item, a responsabilidade de treinar e orientar a diluição e utilização do produto.
02	Fibra para Limpeza	Fibra para Limpeza Pesada medindo 8,7 x 12,5
03	Fitas zebradas amarela/preta	Rolo na cor preto e amarelo, espessura entre 6,5 e 7,00cm de largura, com comprimento entre 180 e 200m
04	Hipoclorito de Sódio	Hipoclorito de sódio, Solução aquosa alcalina com 10% de cloro ativo. Embalagem: bombonas de 5 litros.
05	Pá coletora de lixo com tampa e cabo.	Composta por coletor em poliestireno com largura de 28 cm, tampa articulada com sistema de fechamento automático (por gravidade), cabo em alumínio diâmetro 7/8” e comprimento mínimo de 75 cm.
06	Rodo de Borracha	Rodo com duas lâminas, largura aproximada de 30 cm, com cabo de alumínio. Lâminas em borracha natural. Base em metal reforçado, com proteção superior anti respingos e engate com trava para cabo. Cabo reforçado de alumínio com empunhadura em polipropileno, diâmetro 7/8”, comprimento mínimo de 1,50m. Deve apresentar resistência adequada ao uso a que se destina e facilidade na remoção de líquidos em superfícies planas.
07	Saco plástico biodegradável para lixo,	Saco plástico biodegradável lixo 60 litros 10 micras.

08	Sacos de Chão	Sacos algodão Cru 55X80 cm, branco, embalagem grãos e similares, engomado.
09	Vassoura de piaçava	Vassoura com cerdas de piaçava com largura aproximada de 30 cm. Para uso doméstico. Altura mínima das cerdas 11 cm. Cepa em montagem diagonal e corte diagonal das cerdas para facilitar o alcance a cantos de difícil acesso. Contendo no mínimo 60 tufo, com 30 cerdas por tufo. Cepa em plástico resistente e cabo de madeira plastificado com ponteira plástica para pendurar. Comprimento mínimo do cabo: 1,20m. Deve apresentar resistência adequada ao uso a que se destina e facilidade na remoção de detritos.

### EQUIPAMENTOS

Nº	Qtd	Item	Descrição
01	01	Alicate Universal 8 polegada	Com 8' (oito polegada) com altura de 1cm (um centímetro), largura de 4,80 cm , profundidade de 16,20 cm, peso de 220g (duzentos gramas) e com cabo isolado.
02	10	Balde plástico	Balde de material plástico, material com alça de arame galvanizado, capacidade, 10l e 20l, cor preta.
03	02	Bomba submersa ligada em instalação com DR (dispositivo residual) ou extensão com DR	Especificação Técnica, Potência de 440Watts, Diâmetro sucção : 1", Dimensões do produto (cm): Altura : 29.5 ; Largura : 17 ; Profundidade : 17, Peso: 5,57 kg, Fonte de alimentação: 127 V ; 220 Volts
04	06	Cones para sinalização	Extraflexível, padrão NBR 15.071 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dobrável totalmente ao meio, sem prejuízo do seu formato original. Cor laranja e resistente a intempéries, altura de 75 cm e peso mínimo de 3 KG. A base do cone deve ser composta por oito sapatas distribuídas uniformemente melhorando sua fixação ao solo e permitindo a passagem de água sob o mesmo, evitando deslocamentos involuntários. Deve possuir dois rebaixos que sirvam para evitar o desgaste provocado pelo atrito em tempo de empilhamento, e onde são colocados os anéis refletivos. Os anéis são retro-refletivos, microprismáticos, à base de PVC com forro plástico e refletividade mínima de 300 candelas/lux/m2, tendo cada anel 10 CM de altura com inscrição UFPE, na cor azul médio. Obs.: Na base do cone deverá vir gravado às inscrições: SUPERINTENDENCIA DE INFRAESTRUTURA DA UFPE. cor preta.

05	01	Detector multigases	calibrado em laboratório acreditado pelo INMETRO intrinsecamente seguro com mínimo de 5 gases, Oxigênio, H2S, CO (Monóxido de carbono) cloro e LE - Limite de explosividade; bombeamento automático com mangueira e filtro e para bombeamento manual mangueira comprimento maior que 2 metros, pera e filtro, com carregador de bateria (fonte e base), 01 bateria extra, alças e clip para fixação, calibrador com cilindros para os gases.
06	01	Dispositivo de bloqueio	Caixa de bloqueio coletivo com visor em acrílico, com locais para instalação de cadeados
07	01	Escada telescópica	Extensível. 2 X 11 degraus 3,60 X 6,30m. Fechada 3,60m, esticada 6,30m, largura dos degraus 31/37cm. Peso 16kg
08	01	Escada com encosto	Peso suportado 150 Kg, Altura máxima 2,66(m), Total de degraus 9. Distância entre os degraus 30 cm
09	05	Escova	Escova Oval multiuso com cerdas de nylon onduladas de 25 mm de Altura e desenho anatômico que encaixa perfeitamente na mão. Escova com 62 tufo.
10	02	extensão elétrica	Produto equipado com cabo PP, gerando maior resistência a atritos mecânicos, Extensão 30 metros, Cabo circular pp 3x2,50 mm.
11	01	Mangueira cristal	Mangueira hidráulica, Diâmetro 3/4 Pol., PVC, Cristal, tipo Trançada Espessura parede 2,4. (50m)
12	02	Máquina de lavar a jato de alta pressão	Tensão (V) 220 /380 / 440 trifásico, Potência (KW) 6,0, Pressão 2610, Vazão (L/H) 1000, Dimensão (mm) 830x660x1060, peso (Kg) 60
13	01	Refletor com ligação de até 12V	Refletor recarregável com 3 LEDs super brilhantes, inclui adaptador 120v e 12v. Gatilho liga/desliga. Duração da carga completa aprox. 2,5 horas

### EPI'S

Nº	Item	Descrição
1	Cinto de segurança	Cinto de Segurança Tipo paraquedista com quatro pontos de ancoragem, confeccionado em fita de material sintético (poliéster), com talabarte duplo em “Y” com gancho de alumínio, com absorvedor de energia.

2	Capacete	CAPACETE COM JUGULAR COM 3 PONTOS (tipo alpinista): Capacete de segurança, classe A, tipo II - aba frontal, com suspensão sem catraca, com jugular. Contendo tira de nuca, testeira absorvedora de suor produzida em laminado de PVC atóxico, dublado com espuma multiperfurada em poliuretano, carneira ajustável por meio de sistema deslizante confeccionada em polietileno de baixa densidade, cinta dupla amortecedora composta por fitas de poliéster posicionadas em forma de cruz com 3 pontos de apoio.
3	Luvas de vaqueta	-
4	Máscara semi-facial com filtro químico	-
5	Luvas impermeáveis nitrílicas	Comprimento mínimo $30 \pm 2$ cm e espessura mínima $0,35 \pm 0,2$ mm.
6	Protetor auditivo	Protetor de inserção pré-moldado tipo plug NRRsf maior que 15 dB.
7	Roupas impermeáveis tipo Tyvek	Composto 100% por fibras de polietileno de alta densidade, proteção contra agentes químicos, 100% polietileno sem aditivos, resistência à umidade.
8	Óculos de segurança	Utilizado sobre óculos corretivos ou isoladamente, modelo leve de óculos de sobreposição para ser colocado sobre óculos graduados, tamanho suficiente para se ajustar sobre a maioria dos óculos graduados, possuindo ajuste de ângulo, lentes em policarbonato resistente a impactos, oferecendo proteção também contra borrifos químicos, tanto na lente como no seu contorno e na sua proteção lateral; hastes moldadas à injeção de 100%; modelo ampla visão de excelente visão periférica; anatômico; de uso confortável que se ajusta a qualquer rosto, protetores laterais ventilados, evitando embaçamento da lente pelo suor. Sua lente não deve apresentar distorções das imagens e deve ser incolor. Devendo possuir tratamento anti-risco.
9	Botas de segurança em PVC na cor BRANCA	Bota de segurança, tipo impermeável, Uso profissional, confeccionada em Policloreto de vinila (PVC) injetado em uma só peça, Comprimento do cano: 34 cm, sem biqueira; Norma: ABNT NBR ISO 20344:2008 e ABNT NBR ISO 20347:2008.
10	Equipamento de resgate	Completo e certificados capaz de realizar içamento de vítima com até 130kg, utilizando tripé e ascensão por cordas, kit primeiros socorros: incluindo no mínimo: emergência básica de imobilização pescoço/membros inferiores e superiores e ferimentos leves.
11	Cadeados individuais para cada um dos trabalhadores para isolamento de caixas elétricas.	Material: Latão maciço e Haste: Aço cementado e cromado.
12	Etiquetas	Impermeáveis para identificação dos cadeados de bloqueio em quantidade suficiente para manter-se legíveis e íntegros durante o bloqueio.
OBS: Além desses equipamentos, a contratada deverá seguir as recomendações previstas no Laudo Técnico do SESST/UFPE para essa contratação.		

**Anexo III - Anexo III do ETP - Planilha de Composição de  
Valor Máximo Estimado mar.23.pdf**



### Anexo III - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado

[illegible]



Emitido em 05/07/2023

**ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 13/2023 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 06/07/2023 05:18 )*

**ALFREDO MACEDO GOMES**

*REITOR - TITULAR*

*GR (11.01)*

*Matrícula: ###712#8*

*(Assinado digitalmente em 06/07/2023 11:33 )*

**ANDRE FELIPE SOUZA PEREIRA DE BRITO**

*CHEFE - TITULAR*

*DRH SINFRA (11.97.18)*

*Matrícula: ###085#6*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:48 )*

**BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES**

*DIRETOR - TITULAR*

*DSA SINFRA (11.97.11)*

*Matrícula: ###603#0*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:37 )*

**DANIELA LIRA TAVARES**

*COORDENADOR - TITULAR*

*CAF SINFRA (11.97.06)*

*Matrícula: ###854#3*

*(Assinado digitalmente em 06/07/2023 11:36 )*

**JOSE IRANILDO BARBOSA SALES DA SILVA**

*CHEFE - SUBSTITUTO*

*DRH SINFRA (11.97.18)*

*Matrícula: ###301#2*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 17:00 )*

**PAULO ALISON SOUSA PESSOA**

*SUPERINTENDENTE - TITULAR*

*SINFRA (11.01.37)*

*Matrícula: ###245#5*

*(Assinado digitalmente em 05/07/2023 15:35 )*

**THAYSE DAYSE DELMIRO**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*CAF SINFRA (11.97.06)*

*Matrícula: ###071#8*

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **13**, ano: **2023**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **05/07/2023** e o código de verificação: **b2fffe8bf**

## **ANEXO II**

### **PROPOSTA DA EMPRESA**

## PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

**1) OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de referência e seus anexos

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico de Vitória (CAV).	M³	206	R\$ 30,09	R\$ 6.198,54

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA R\$ 6.198,54 (SEIS MIL CENTO E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)**

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME: ANDREA MARCIA MARTINS MAURICIO

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ESTADO CIVIL: CASADA

FUNÇÃO: DIRETORA COMERCIAL

ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA PROFESSOR FRANCISCO XAVIER PAES BARRETO, Nº 444, APTO 801, CASA CAIADA, OLINDA- PE

CPF: 836.095.044 -04

R.G. 3.34 387 ÓRGÃO EXPEDIDOR:SSP - PE

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº: 001

NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA Nº: 0821- 4

NOME DA AGÊNCIA: PAULISTA

CONTA CORRENTE Nº: 40417-9

PRAZO DE PAGAMENTO: PAULISTA – PE



**7) DADOS DA EMPRESA:**

**RAZÃO SOCIAL:** IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELE ME

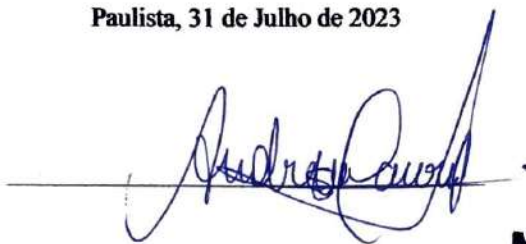
**CNPJ:** 10.363.235/0001-00

**ENDEREÇO:** AV. RODOLFO AURELIANO Nº 2116 – VILA TORRES GALVÃO PAULISTA-PE

**E-MAIL:** [imediata@imediataasaudeambiental.com.br](mailto:imediata@imediataasaudeambiental.com.br)

**TELEFONE:** (81) 3028-3313

Paulista, 31 de Julho de 2023



**IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E  
SERVIÇOS EIRELI ME**  
**CNPJ 10363235-0001/00**  
Av Rodolfo Aureliano nº 2116 - Vila Torres Galvão  
Paulista, Pernambuco - CEP 53403740

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**  
**CNPJ: 10.363.235/0001-00**  
**ANDREA MARCIA MARTINS MAURICIO**  
**RG: 3.340.387**  
**CPF: 836.095.044-04**  
**Representante Legal**



## PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

**1) OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS E RESERVATÓRIOS (TANQUES) do Campus Recife e Centros Acadêmicos de Vitória de Santo Antão e Caruaru da UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de referência e seus anexos

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	Serviço de limpeza e desinfecção química de caixas de água e reservatórios das instalações físicas do Centro Acadêmico do Agreste (CAA).	M³	1.184	R\$ 19,05	R\$ 22.500,00

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA R\$ 22.500,00 (VINTE DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)**

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME: ANDREA MARCIA MARTINS MAURICIO

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ESTADO CIVIL: CASADA

FUNÇÃO: DIRETORA COMERCIAL

ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA PROFESSOR FRANCISCO XAVIER PAES BARRETO, Nº 444, APTO 801, CASA CAIADA, OLINDA- PE

CPF: 836.095.044 -04

R.G. 3.34 387 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP - PE

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº: 001

NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA Nº: 0821- 4

NOME DA AGÊNCIA: PAULISTA

CONTA CORRENTE Nº: 40417-9

PRAÇA DE PAGAMENTO: PAULISTA – PE

**7) DADOS DA EMPRESA:**

**RAZÃO SOCIAL:** IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELE ME


**CNPJ:** 10.363.235/0001-00

**ENDEREÇO:** AV. RODOLFO AURELIANO Nº 2116 – VILA TORRÊS GALVÃO PAULISTA-PE

**E-MAIL:** imediata@imediataasaudeambiental.com.br

**TELEFONE:** (81) 3028-3313

Paulista, 24 de Julho de 2023



IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E  
SERVIÇOS EIRELI ME  
CNPJ 10363235-0001/00  
Av Rodolfo Aureliano nº 2116 - Vila Torres Galvão  
Paulista, Pernambuco - CEP 53403740

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME**

**CNPJ:** 10.363.235/0001-00

**ANDREA MARCIA MARTINS MAURICIO**

**RG:** 3.340.387

**CPF:** 836.095.044-04

**Representante Legal**



---

Emitido em 16/10/2023

**CONTRATO Nº 1116/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/10/2023 16:24 )*

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: ###773#0

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1116**, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **16/10/2023** e o código de verificação: **ec8921af9e**